



Centro de Estudos Anglicanos Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

PASTORAIS

Reunidos em meu nome...

Dom Saulo Maurício de Barros - Bispo Diocesano
Diocese Anglicana da Amazônia
15/03/2013

“Quando eu abrir minha garganta/ Essa força tanta/ Tudo que você ouvir/ Esteja certa/ Que estarei vivendo”
(Gonzaguinha)

Tudo muda...

O pastor Martin Luther King, conhecido pela sua luta em favor da igualdade racial nos Estados Unidos, certo ocasião afirmou: *“Nós não somos o que gostaríamos de ser. Nós não somos o que ainda iremos ser. Mas, graças a Deus, não somos mais quem nós éramos”*¹. Usei essa frase como uma espécie de slogan quando fiz meus cinquenta anos, pois ela fala da busca constante por transformação.

Olhando para minha vida percebo quantas metamorfoses aconteceram, quase já não consigo me reconhecer no Saulo de trinta anos atrás... Se a tecnologia fosse capaz de nos colocar frente a frente, com certeza teríamos sérios problemas de convivência! Bem verdade que nem todas essas mudanças que ocorreram podem ser consideradas boas, em alguns aspectos sinto saudade dos meus vinte e poucos anos. Certamente ainda tenho que passar por muitas outras mudanças e minha oração é que elas me tornem uma pessoa melhor.

A existência é dialética, está em constante transformação. O filósofo grego Heráclito havia intuído isso quando afirmou que é impossível entrar duas vezes no mesmo rio, pois as águas já são outras e nós já não somos os mesmos². Para ele nada é permanente, exceto a mudança. Esse movimento não é apenas natural, mas imperativa para a vida. Fernando Pessoa resume essa compreensão: *“tudo quanto vive, vive porque muda”*³. Apesar disso, a simples ideia de mudança causa um grande mal-estar em muita gente. E creio que o problema se tornar maior quando o assunto em pauta são as nossas instituições.

Refletindo a partir de uma definição do educador Rubem Alves, talvez essa resistência quanto as transformações nas instituições tenha sua origem no fato que elas nos apresentam respostas prontas para os problemas da vida, funcionando assim como *“memória inconsciente da sociedade”*⁴. Ora, se as instituições exercem essa função, imaginem a instabilidade que causa perdermos as nossas respostas pré-formuladas! Isso implica em mergulhar no caos da falta de sentido! E isso se torna pior ainda quando a instituição em pauta lida com nossa visão do transcendente, do religioso. Afinal, como nos ensina Peter Berger, *“a religião é a ousada tentativa de conceber o universo inteiro como humanamente significativo”*⁵.

Creio que foi Rubem Alves que pensou na imagem da cobra que não faz sua muda anual e acaba morrendo sufocada dentro da própria pele. Como qualquer figura de linguagem tem suas limitações, mas ela traz uma mensagem bem interessante, se as instituições não mudam, acabam perdendo sua eficácia e plausibilidade diante das questões suscitadas por seu tempo. Chega um ponto em que as soluções passadas não atendem as exigências do presente e as instituições caducam e morrem.

1. <<http://www.frasescristas.com.br/autores/martin-luther-king/nos-nao-somos-o-que-gostaríamos-de-ser-nos-nao-somos-o-que-ainda-iremos-ser-mas-gracas-a-deus-nao-somos-mais-quem-nos-eramos/>> Acesso 31 de janeiro de 2012.

2. SOUZA, José Cavalcante (supervisor). Os Pré-socráticos. São Paulo: Nova Cultural, 2005. Pg. 85.

3. <<http://pensador.uol.com.br/frase/MTEwMTg/>> Acesso 31 de janeiro de 2012.

4. ALVES, Rubem. Instituição e comunidade. Em ALVES, Rubem. Dogmatismo e tolerância. São Paulo: Paulinas, 1982. Pg. 40-41.

5. BERGER, Peter Ludwig. O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: PAULUS. Pg. 41.

Contra o absolutismo da cristandade medieval, os reformadores do século XVI cunharam o slogan: *“Igreja reformada, sempre se reformando”*. Mas, receio que essa expressão esteja em desuso em muitos redutos do protestantismo. Talvez por isso, o exemplo mais autêntico de mutação do século passado tenha vindo do campo oposto, quando o Papa João XXIII convocou a Igreja Católica Romana para o Concílio Vaticano II⁶. O grande mérito conciliar foi provocar uma mudança dramática na concepção da Igreja Católica Romana, uma verdadeira revolução⁷.

Karl Barth, uma das maiores expressões teológicas do protestantismo na época, declarou que sua participação como observador no Concílio Vaticano II serviu para criar uma *“estreita familiaridade com uma igreja e uma teologia que começaram um movimento, cujos resultados são incalculáveis”* e também para suscitar nele o desejo de que *“tivéssemos algo comparável, se pudéssemos evitar a repetição de pelo menos os piores erros que cometemos desde o século XVI”*⁸.

Nada disso é estranho, pois a Igreja se encontra inserida no mundo, tomando parte em suas dores e alegrias. Como qualquer entidade social, ela responde as circunstâncias históricas, nessa perspectiva escreveu o bispo anglicano Sebastião Armando Soares:

*“É que, do ponto de vista antropológico, a Igreja se compreende como um corpo social em permanente construção. Não nos sentimos qual bloco acabado, mas em marcha solidária com a história humana e do mundo. Nisto sentimo-nos bem perto da Bíblia, na qual Deus se vai revelando de maneira escandalosamente histórica e por isso ‘em carne’, isto é, em precariedade e provisoriedade”*⁹.

Aqui mesmo, na região Amazônica, a Igreja Anglicana passou por profundas transformações nos seus cem anos de existência. No painel sobre o Centenário realizado no CCBEU (Centro Cultural Brasil Estados Unidos) destaquei três paradigmas distintos: (I) Igreja de imigração; (II) Igreja de missão e (III) transconfessionalidade. Em cada período desses, apesar das modulações variadas, encontramos maneiras distintas de se conceber a Igreja, determinadas pelo contexto social e religioso de cada época.

Nossa identidade...

Nós anglicanos gostamos muito de falar de nossa identidade, nosso “ethos”, mas até mesmo essa palavra precisa ser tratada com muito cuidado, pois *“identidade não é um conceito extático. Ao tratarmos da ‘identidade anglicana’ estaremos falando de um processo vital de contínuas mudanças”*¹⁰. Historicamente a identidade anglicana surge como uma reação contra o projeto imperialista e globalizante do catolicismo romano, contra uma Igreja extática e fechada, preconizando uma tradição viva e aberta¹¹.

Todavia, não podemos perder de vista que a reforma anglicana se deu num contexto histórico específico e que originalmente podia ser compreendida como a dimensão religiosa do povo inglês e a guardiã da ordem social estabelecida, servindo de ideologia para o império britânico. Só muito posteriormente é que o anglicanismo vai ser repensado a partir da concepção de “comunhão”. O que advogamos hoje era bem diferente no passado. Segundo Kater, esse conceito surge como resultado de três elementos, a independência das colônias norte-americanas, o Movimento de Oxford e o grande movimento missionário global do século XIX¹². Quando ainda estava em processo essa mudança da compreensão da identidade anglicana, o clérigo estadunidense William Reed Huntington afirmou: *“somente quando despojarmos o anglicanismo dos trajes pitorescos com que a vida inglesa o enfeitou, poderemos compreender seu potencial e suas possibilidades de adaptação”*¹³.

Ora, tomando como ponto referencial a primeira Conferência de Lambeth em 1867, essa nova compreensão do anglicanismo construída nos últimos cento e quarenta e seis anos adota pouquíssimos referenciais, tais como o Quadrilátero de Lambeth (Escrituras, Credos, Sacramentos e Episcopado histórico), os instrumentos de unidade (Arcebispo de Cantuária, Conferência de Lambeth, Reunião dos Primazes e Conselho Consultivo Anglicano), e as Cinco Marcas da Missão (proclamar, ensinar, responder, transformar e preservar), deixando em aberto as possibilidades de adaptação.

6. O Concílio Vaticano II ocorreu entre os anos de 1962 e 1965.

7. MARTY, Martin E. A great awakening. In American: the national catholic review. Junho de 2012. <<http://americamagazine.org/issue/5144/article/great-awakening>> Acesso em 17 de janeiro de 2013.

8. Idem.

9. CALVANI, Carlos Eduardo Brandão e OLIVEIRA, Vera Lúcia Simões. Nossa identidade: história e teologias anglicanas. São Paulo: Fonte Editora/ Livraria e Editora Anglicana, 2012. Pg. 07-08

10. Nossa identidade...Pg. 79.

11. KATER, John. Identidade anglicana face a globalização. Em Inclusividade. Revista Teológica do CEA – Ano IX – Abril 2010 – Nº 17. Pg. 16.

12. Idem, pgs. 17-18.

13. Idem, pg. 24.

Portanto, ao mesmo tempo em que participamos da herança do cristianismo inglês pós-reformado, estamos situados num mundo cultural particular, que, mesmo não sendo estático, possui estilo próprio. Na atual compreensão identitária anglicana, adotarmos o modelo inglês, estadunidense ou de qualquer outra região do nosso país torna-se uma “apologia a traição”. Eles deveriam servir para nós como balizas, como acervo da nossa tradição que deve ser seriamente considerado na construção da nossa adaptação. Infelizmente, para utilizar uma expressão do Paulo Freire, acabamos hospedando em nós o opressor, reproduzindo sem nenhuma crítica o modelo imposto¹⁴.

No nosso continente temos muito ainda a percorrer, o teólogo anglicano Jaci Maraschin afirmava categoricamente: “*Na América Latina, a missão anglicana não se contextualizou ao se instalar*”¹⁵. Ele mesmo apontava componentes de uma Igreja verdadeiramente contextualizada para que pudéssemos superar essa esquizofrênica entre a religião importada e nosso contexto: leitura bíblica baseada na realidade atual da sociedade em que se encontra inserida, ministério pastoral relacionado com as necessidades particulares, seu próprio esquema de autoridade, sua própria liturgia¹⁶.

Um novo tempo...

Fernando Ponçadilha, clérigo da nossa diocese, em um texto preparado para um encontro de lideranças afirma que só é

*“possível compreender as repetidas crises ocorridas no seio da província anglicana do Brasil, como acontecimentos que precisam ser vistos à luz desse contexto maior de imprecisão, imediatismo, individualismo, incertezas e quebra de paradigmas (modelos e padrões) pelo qual passa a nossa civilização ocidental”*¹⁷.

Uma análise de conjuntura atualmente exige um grande exercício de reflexão e um número significativo de profissionais que possam abarcar a complexidade do nosso tempo. Por isso, minha pretensão aqui consiste apenas em apontar alguns elementos que possam ajudar a Igreja a encontrar seu lugar neste século.

Sem dúvida alguma nos últimos anos o mundo tem passado por profundas transformações que atingem todas as áreas da sociedade e a natureza. “*O ritmo vertiginoso do crescimento científico, o desenvolvimento acelerado da informática, o deslocamento do eixo das decisões de poder para um único polo e a reorientação econômica do sistema político mundial não encontram paralelos na história da humanidade*”¹⁸. Essas mudanças são tão profundas que muitos estão convencidos que estamos vivendo sob a égide de uma Nova Ordem Mundial, irreversível e definitiva, que representa, no entendimento de alguns, uma ruptura com todos os sistemas anteriormente conhecidos.

Os mais entusiasmados ideólogos dessa Nova Ordem, como foi Francis Fukuyama, enxergavam nessas transformações, principalmente na democracia liberal e na economia de mercado, o fim da história, ou seja, “*o ponto final da evolução ideológica da humanidade*”¹⁹. Esse idealismo exacerbado tem recebido severas críticas das mais distintas correntes de pensamento, podemos contestá-lo com muitos argumentos, com certeza não chegamos ao fim da história, mas não há como negar que vivemos um momento inédito na caminhada da humanidade.

Os estudiosos o tem denominado esse período de “modernidade tardia”, “modernidade extrema”, “pós-modernidade” ou mesmo “modernidade líquida”. O certo é que no tempo que vivemos as certezas da modernidade desmoronaram como um castelo de cartas. Nada mais apropriado que a expressão atribuída a Karl Marx: “*Tudo que é sólido desmancha no ar*”. O sociólogo polonês Zygmund Bauman destaca algumas características da realidade atual: (1) as organizações sociais não mantêm sua forma por muito tempo, se decompõe mais rápido do que o período que levaram para se estabelecer; (2) existe uma inegável separação entre poder e política. O poder que antes estava alicerçado no Estado-nação, criado pela modernidade, agora se afasta na direção de um espaço global, sem território e sem controle; (3) a desarticulação gradual das estruturas comunitárias, retirando o poder que possuíam no passado as instâncias coletivas. A sociedade é cada vez mais percebida como uma rede de conexões aleatórias, o indivíduo de fato está cada vez mais sozinho para enfrentar os novos tempos; (4) o colapso do planejamento e do pensamento a longo prazo. Criando assim uma descontinuidade entre a história e a vida dos indivíduos; (5) a responsabilidade de resolver os dilemas criados por essa situação volátil e instável se encontra cada vez mais nas mãos dos indivíduos, que isolados

14. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Pg. 32.

15. MARASCHIN, Jaci. A beleza da santidade: ensaios de liturgia. São Paulo: ASTE, 1996. Pg. 52.

16. KATER, John. Identidade anglicana face a globalização...Pg. 25.

17. PONÇADILHA, Fernando Rei. Um pouco de prosa para variar. 2013.

18. MAGALHÃES, Fernando. Tempos pós-modernos: as globalização e as sociedades pós-industriais. São Paulo: Cortez, 2004. Pg. 12.

19. ANDERSON, Perry. O fim da história de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. Pg. 92.

não possuem as condições para solucioná-los²⁰.

Claro que essa “Nova Ordem” não se instalou no mundo de forma homogênea, ela repercute diferentemente nos diversos contextos, enfrentando séria oposição em determinadas culturas. Entretanto, de uma forma ou de outra, ela se estende de forma global e ninguém se encontra imune a sua ação. A ocidentalização é um processo devastador que tem arrastado para o museu muitas expressões particulares e autóctones.

Isso nos faz ver que precisamos considerar o estágio atual da globalização. Bem verdade que a globalização não é um fenômeno novo. Pelo contrário, poderíamos dizer que ela está presente desde os primórdios das sociedades humanas, mas principalmente quando ela se torna uma proposta política na fase mercantilista da economia do Ocidente. Entretanto a atual forma de expressão dessa globalização também não possui paralelos na história humana. Eric Hobsbawm afirma que: “Desde a década de 1960, o avanço acelerado da globalização – ou seja, o mundo visto como um conjunto único de atividades interconectadas que não são estorvadas pelas fronteiras locais – provocou um profundo impacto político e cultural, sobretudo na sua forma atualmente dominante de um mercado global livre e sem controles”²¹.

O impacto de tudo isso sobre o universo religioso possui dimensões que ainda não estamos preparados para avaliar corretamente. Mas, estamos face a face com um daqueles momentos críticos em que a instituição tem que realizar o seu “aggiornamento” (atualização), termo utilizado por João XXIII durante o Concílio Vaticano II, ou perderá sua relevância para a sociedade atual, morrendo sufocada na própria pele. As crises recentes da IEAB, como afirmou Fernando Ponçadilha, são os gritos de sofrimento da nossa instituição. Todavia se estamos buscando nos reinventar, os gritos que ouvimos podem ser muito bem entendidos como dores do parto.

Dom Sebastião Armando em recente correspondência aos seus colegas de episcopado dizia que temos que ainda que descobrir qual a vocação do anglicanismo no nosso país. Sem nenhuma pretensão, pretendo com essa pastoral oferecer alguns elementos teóricos para auxiliar na realização das “adaptações” necessárias. Ressaltando que minha intenção não é, em nenhum momento, abolir o passado, mas renová-lo, sendo fiel ao “ethos” anglicano e tornando real o desejo de Karl Barth.

Uma reforma eclesiológica...

Não basta estarmos cientes das transformações pelas quais passa a sociedade Ocidental, mas precisamos integrá-las e contemplá-las de alguma forma no trabalho da Igreja. Por isso, tenho preconizado insistentemente a ideia da “Igreja light”, isso já virou até piada em alguns círculos. Ora, mas o que é a “Igreja light”? Nada mais, nada menos, do que uma Igreja com menos estrutura. Nós adotamos ainda hoje o modelo paroquial que, segundo alguns, remonta ao final do século IV²², originário de uma sociedade pré-moderna e majoritariamente rural. Mesmo assim esquecemos que nem sempre o movimento de Jesus utilizou essa forma de organização e sofremos o mal-estar da mudança.

Não apenas na Igreja Anglicana, mas em muitas tradições cristãs, esse modelo tem se mostrado caro e ineficiente diante da nova realidade, incapaz de acompanhar as grandes transformações e os deslocamentos humanos, especialmente nos grandes centros urbanos. Mas, somos incapazes de pensar de maneira diferente! Como diz o bispo Sebastião Gameleira, “anglicano tem a mania de transformar grupo de oração em paróquia”. Aqui na nossa região é sintomático, reúnem-se dez pessoas já querem adquirir um terreno e solicitar a mudança de status canônico para o próximo Concílio. Talvez fruto do modelo estadunidense que adotamos que, embora missionário, acaba colocando as comunidades numa disputa desenfreada para conseguir mais poder e autonomia.

Mas, será que é possível outra forma de organização para os anglicanos? Isso não fere a nossa identidade? Primeiro, não consigo entender o que o “ethos” anglicano tem a ver com um modelo rígido de organização eclesial, exceto pelo fato de ser governada por bispos e bispas, com a ressalva fabulosamente conectada com tudo que temos falado até agora de que essa liderança seja adaptada “localmente nos métodos de sua administração às diversas necessidades das nações e povos chamados por Deus à unidade de sua Igreja”²³. Segundo, outros modelos são possíveis sim e eles têm sido experimentados em lugares diversos da nossa Comunhão.

Obviamente temos consciência das dificuldades de mudança, já mencionamos isso anteriormente, especialmente quando isso mexe em última instância com os profissionais do sagrado, responsáveis por manter a instituição.

20. BAUMAN, Zygmunt. Tempos Líquidos. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. Pgs. 7-10

21. HOBBSAWN, Eric. Globalização, democracia e terrorismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Pg. 10.

22. <<http://www.oocities.org/athens/parthenon/6410/paroq.html>> Acesso 11 de fevereiro de 2013.

23. <http://www.dm.ieab.org.br/sobre%20a%20igreja/sobre%20a%20igreja_ca.html> Acesso 11 de fevereiro de 2013.

Afinal, para usar a tipologia do sociólogo Marx Weber os “sacerdotes” correm o risco de perder o poder dentro de sua própria esfera de atuação. Podendo vir a ser substituídas por lideranças mais carismáticas e proféticas.

Outra coisa que precisa ficar bem claro é que essa proposta de uma “Igreja light” exige uma nova forma de organização política, necessita de um afastamento cada vez maior da ideia de um episcopado monárquico e dos profissionais do sagrado intocáveis. E neste ponto temos que resgatar um conceito muito mal interpretado dentro do anglicanismo que é o de “autoridade dispersa”. O empoderamento dos nossos leigos, para muitos clérigos, é apenas uma anotação nos cadernos da época do seminário. E aqui, novamente, recorro ao texto do Ponçadilha quando ele propõe: *“Então, estamos condenados a buscar um caminho e afirmá-lo como escolha. Entretanto, é melhor buscá-lo no diálogo com Deus tendo todos (as) por testemunhas, porque aí se realiza a ação do Espírito na proteção da Igreja de Jesus ante toda ameaça e todo o erro”*²⁴. Talvez devêssemos também considerar aqui nosso próprio conceito de poder, pois isso ajudaria muito numa mudança de mentalidade. Sebastião Armando advoga que o poder é dimensão constitutiva do nosso ser, toda a diferença se faz na forma como o exercemos, sendo a radicalidade extrema quando somos capazes de “renunciar” ao poder, quando entregamos a nós mesmos, como fez Deus em Cristo (João 1:14)²⁵.

Precisamos também ter claro que a concepção de “Igreja light” tem tudo a ver com a perspectiva da utopia bíblica do Reino de Deus. Segundo, José Maria Vigil, Jesus não deu uma definição clara do reino de Deus, mas uma definição clássica diz *“onde está o bem, aí está o Reino”* (ubi bonum, ibi regnum)²⁶. Sendo assim, reino de Deus é realidade hoje e horizonte a ser alcançado. *“Na linguagem da tradição bíblico-cristã, podemos dizer que o Reino de Deus – a nossa imaginação transcendental em linguagem religiosa – está no meio de nós (cf. Lc 17:21), ao mesmo tempo tem que está à nossa frente como horizonte utópico no qual apostamos a nossa vida (fê), e como objeto de esperança”*²⁷.

Um documento anglicano diz: *“o que Jesus, o Cristo, sempre quis e quer, entretanto, é o reino de Deus”*²⁸. Portanto, a Igreja que vive para fazer a vontade de Cristo deve ser um sinal e uma antecipação desse reino divino no mundo. Ela não vive para si mesma, para se perpetuar enquanto instituição. *“Por sua própria vocação, a Igreja está dimensionada para o Reino futuro, e por consciência proclama seu caráter provisório. Sua autêntica identidade não está fixada num passado que ela pretende em vão reprimir, mas no futuro de Deus que ainda deverá se revelar”*²⁹

Uma reforma educativa³⁰...

Até hoje temos trabalhado em nossas comunidades com categorias redutoras da realidade. Os paradigmas clássicos indicam sempre um único caminho em uma Igreja em perfeita harmonia, onde nada deve perturbar o consenso. A chamada “via média” tão buscada entre alguns setores do anglicanismo, trouxe um expressivo tom de cinza que nega a existência da roda de cores. Parecemos repetir sempre as palavras do evangelho: *“Quem não é comigo é contra mim; e quem comigo não ajunta, espalha”* (Mateus 12:30).

Todas as divisões que surgiram até o momento na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil encontram-se permeadas, entre outras coisas, pela incapacidade de convivência com o diferente. Das relações estremecidas entre o Bispo Thomas e o Reverendo Salomão Ferraz, até os acontecimentos mais recentes, o que vemos é um festival de intolerâncias e incapacidade de convivência com a alteridade.

A diversidade da sociedade brasileira é mais complexa e multifacetada do que gostaríamos de acreditar, somos o resultado de um longo processo de violentos encontros culturais e étnicos. Todavia, essa multiplicidade tem sido negada em nome de uma “identidade nacional”, uma versão abrandada da concepção de Gilberto Freire da “miscigenação”. Essa visão de mundo não consegue mais dar conta da realidade, precisamos urgentemente construir uma compreensão social e religiosa que inclua a diversidade não apenas como reconhecimento do outro como diferente, mas que implique em pensar uma nova forma de relação com o outro.

Precisamos apostar agora numa Igreja que tenha o olhar ampliado para abranger os múltiplos recortes dessa diversidade (negros, brancos, índios, mulheres, nortistas, portadores de necessidades especiais, homossexuais,

24. PONÇADILHA, Fernando Rei. Um pouco de prosa...

25. SOARTES, Sebastião Armando Gameleira. Somos poder. In DIETRICH, Luiz José (Org.). Ser é poder. São Paulo: PAULUS, 2002.

26. VIGIL, José Maria. Sumak kawsay e reino de Deus. Agenda latino-americana, 2012. Pg. 154.

27. NÉSTOR, Miguez; RIEGER, Joerg; SUNG, Jung. Para além do espírito do império: novas perspectivas na política e religião. São Paulo: Paulinas, 2012. Pg. 189.

28. Comissão Internacional Anglicana de Teologia e Doutrina. Por causa do reino: a Igreja de Deus e a nova criação. São Paulo: IAET, 1986. Pg. 42.

29. BOFF, Leonardo. Igreja carisma e poder. Petrópolis: Vozes, 1982. Pg. 109.

30. Algumas ideias aqui apresentadas foram retiradas de GOMES, Nilma Lino. Educação e diversidade étnico cultural. Em Diversidade na educação reflexões e experiências <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/diversidade-na-educa%C3%87%C3%83o-reflex%C3%95es-e-experi%C3%8Ancias.pdf#page=69>> Acesso 10 de fevereiro de 2013.

afro-religiosos, católicos, evangélicos, etc.). Precisamos sair do discurso e experimentar na prática algumas palavras que se tornaram chavões no anglicanismo em anos recentes como democracia, inclusividade e diversidade. O problema é que existe uma grande distância entre intenção e gesto que necessita ser resolvida, vivemos a crise do apóstolo Paulo: *“Pois não faço o bem que quero, mas o mal que não quero, esse pratico”* (Romanos 7:19). O caminho para encurtar essa distância, na minha perspectiva passa pela nossa formação.

Obviamente, não podemos tratar essa questão apenas no âmbito das Igrejas. Por isso, torna-se necessário e urgente que apoiemos políticas públicas que manifestem o respeito a essa diversidade. Muito recentemente, os professores e professoras de escolas públicas tiveram incluído na sua qualificação cursos sobre diversidade, oferecidos na sua grande maioria por universidades federais, para que possam exercer adequadamente o magistério nos novos tempos.

Uma reforma canônica...

Tenho preconizado faz bastante tempo uma reforma completa dos cânones da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Essa proposta não surgiu por acaso, na prática da administração eclesiástica acabei descobrindo que os cânones não atendiam as necessidades atuais da Igreja, com toda a sua diversidade. Também, na nossa diocese, pessoas competentes na área do direito começaram a afirmar categoricamente que nossos cânones estão ultrapassados e cheios de incongruências.

Não podia ser diferente, posso estar completamente enganado, mas nossa Constituição e Cânones Gerais são uma herança da Igreja Episcopal dos Estados Unidos que foram adaptados e remendados desde a nossa autonomia administrativa em 1965. Temos que reconhecer que o mundo mudou muito de lá para cá, como diria Cazusa: *“o tempo não para”*.

Precisamos considerar muito cuidadosamente as limitações de uma reforma deste tipo. Não podemos enxergar a simples mudança das nossas leis como uma solução final para a crise que estamos vivendo. A concepção de que a lei estava acima dos seres humanos foi um dos pilares da revolução empreendida pela sociedade moderna. Isso se refletiu no cristianismo nos muitos tratados, artigos de fé, convenções e cânones. Todavia, essas coisas se tornaram relativas atualmente. Novamente recorre a uma frase do texto de Fernando Ponçadilha: *“as nossas antigas regras, padrões e valores que por séculos a fio dirigiram nosso pensar e agir, não dá mais conta de responder aos novos desafios”*³¹. Já vai longe o tempo que o fio do bigode de um homem era o aval de um acordo firmado...

Todavia a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil tem visto suas demandas arrastadas para a justiça comum e nesse momento os nossos cânones demonstram toda a sua fragilidade. Os advogados exploram a exaustão as brechas, as contradições e as omissões. Então, parece que se torna urgente deixarmos de lado os remendos canônicos que tem caracterizado a conduta jurídica da nossa Igreja nos últimos anos e criar a vontade política e econômica para levar adiante uma reforma ampla em conformidade com o direito brasileiro que respalde um controle administrativo maior da nossa instituição. Seguindo uma tendência do direito mundial, nossos cânones precisam abranger o direito difuso, sendo mais específicos, evitando grande margem de interpretações. Dessa forma impediremos que aventureiros continuem a lançar mão do nosso patrimônio e pisar *“de botas na fé do nosso povo”*³². No mais não podemos fazer nada, essa explosão de opções religiosas e cismas é uma característica do nosso tempo, da chamada pós-modernidade. O historiador católico romano Eduardo Honaert adverte que a Igreja do Ocidente não consegue mais dar conta da diversidade religiosa, *“atualmente existem 33.800 igrejas cristãs no mundo. Só na África, aparecem 1.200 igrejas por mês. A maioria é de igrejas independentes, fundadas por pessoas carismáticas”*³³.

Depois das últimas experiências em que nossos leis foram postas no banco dos réus, parece que o desejo de reforma começa a surgir na Província Anglicana do Brasil, embora alguns ainda preconizam a realização de algumas modificações temporárias enquanto esperam uma transformação maior. Sou contrário a esta ideia, creio que nossos esforços devem estar todos voltados para a construção de um novo Cânon possível, não podemos fazer um remendo para evitar outro problema pontual amanhã, temo que investir numa solução abrangente. Como diz o texto bíblico, *“não se põe vinho novo em odres velhos”* (Lucas 5:37).

Uma espiritualidade anglo-amazônica...

Um tema enfatizada bastante pela identidade atual dos anglicanos é a doutrina da encarnação. Não por acaso,

31. PONÇADILHA, Fernando Rei. Um pouco de prosa...

32. Frase atribuída a Dom Helder Câmara.

33. HOORNAERT, Eduardo. **Amazônia e Ocidentose**. In **História e Memória: Cristianismo na Amazônia**. Revista Teológica-Pastoral, Belém: IPAR, Ano III, Nº 5 – Agosto-Dezembro, 2001.

o filme “As muitas faces do anglicanismo”, um dos instrumentos midiáticos de reconstrução do novo “ethos”, aborda o assunto resumindo-o numa frase famosa do evangelho de João: “*Deus se tornou carne e morou entre nós*” (João 1:14). Deus se tornou gente, se revelando em precariedade e provisoriedade, como afirmou Sebastião Armando. Essa doutrina carrega consigo profundas implicações para a Igreja. O apóstolo Paulo já havia intuído isso ao escrever para os filipenses: “*Tende em vós aquele sentimento que houve também em Cristo Jesus, o qual, subsistindo em forma de Deus, não considerou o ser igual a Deus coisa a que se devia aferrar, mas esvaziou-se a si mesmo, tomando a forma de servo, tornando-se semelhante aos homens; e, achado na forma de homem, humilhou-se a si mesmo, tornando-se obediente até a morte, e morte de cruz*” (Filipenses 2:5-8).

Então, nessa perspectiva a Igreja também deve se encarnar nas realidades onde estiver localizada, assumindo as formas das culturas específicas, assim como Deus se tornou ser humano e armou a sua tenda no meio de nós. Essa é a visão teológica essencial por trás do discurso do Maraschin de uma Igreja autóctone. Para se referir a esse processo os protestantes adotaram o termo “indiginização” e os católicos romanos preferiram falar em “inculturação”. Tenho dúvidas quanto a legitimidade dos dois termos, todavia quer queiramos ou não, como diz Comblin: “*Na verdade, existem apenas diferentes sistemas de tradução do cristianismo em condições concretas de vivência humana*”³⁴.

A “tradução” ou “adaptação” da Igreja não é uma anomalia, nem obra demoníaca, mas resultado natural da doutrina da encarnação. Para nós, anglicanos brasileiros, isso significa que devemos essencialmente considerar a pluralidade cultural e étnica do nosso imenso país. Pensar numa espiritualidade a partir da nossa tradição que atenda as características das pessoas que habitam as terras brasileiras, e mais especificamente, a região Amazônica. Aqui entendemos a espiritualidade como sendo a ação do Espírito de Deus em nossas vidas, nossa relação com Deus através de Cristo.

Quando reflito sobre isso sempre recorro a um texto de Vanda Pantoja e Raymundo Heraldo Maués no qual os autores apontam três elementos fundamentais para pensarmos a identidade amazônica: a Cabanagem, o encantado e a festa de santo ou santa³⁵. A Cabanagem foi uma revolta de alguns segmentos sociais, com forte presença popular, contra a manutenção do sistema herdado do colonialismo, ocorrida na primeira metade do Século XIX no Pará. O encantado do fundo é “*personagem dos mitos regionais, resultado do sincretismo entre as crenças indígenas, católicas e africanas*”³⁶. Essa entidade, nas suas diversas manifestações, retrata bem o universo mítico dos povos amazônicos. E, finalmente, a festa de santo ou santa, manifestação do catolicismo popular arraigado profundamente na cultura da região tanto no mundo rural quanto urbano.

Ora, não existe um manual que nos ensine como devemos fazer esse processo de aculturação, ele deve ser resultado da experiência de fé do povo, resultado do “*sensus fidelium*” (consenso dos fiéis), como diz o ditado, “*o caminho se faz ao caminhar*”. Foi assim que a segunda parte das Escrituras cristãs foram escritas, atendendo as necessidades emergentes nas primeiras comunidades. Por isso Paulo às vezes tinha que recorrer a artifícios de convencimento, como quando escreveu uma carta desaforada aos gálatas: “*Vede com que grande letras vos escrevo com minha própria mão*” (Gálatas 6:11). Mas creio que os elementos indicados por Pantoja e Maués apontam algumas direções, para que não saíamos a esmo sem saber para onde vamos.

Primeiro, pensando na Cabanagem como tem sido tratada pela maioria dos autores paraenses, não somente como um acontecimento histórico cercado por suas ambivalências, mas tratada como utopia crítica que nos leva a refletir sobre a transformação da sociedade. Não estou dizendo nada de estranho, é isso que estamos anunciando na nossa Oração Eucarística: “*para que trabalhem na transformação dos reinos deste mundo no Reino do nosso Senhor Jesus Cristo*”³⁷. Ou ainda quando citamos outro balizador de nossa identidade atual, as “*Marcas da Missão*”, onde encontramos que faz parte da ação da Igreja: “*lutar para transformar as estruturas injustas da sociedade*”. A cabanagem pode ser, então, nosso referencial de vocação profética como Igreja que segue em direção ao horizonte utópico do reino divino. Desde que reconheçamos as limitações das nossas utopias, tendo também uma visão crítica delas. O escritor Sant’Ana Pereira nos presta um valioso serviço aos nos alerta acerca a provisoriedade dos projetos humanos no seu romance sobre a cabanagem, *Invenção de Onira*: “*Aí que está, Conselheiro, a nossa Cabânia não é isto aqui, está mais além, a partir de onde vocês me encontraram, dependendo de cada um saber descobri-la*”³⁸.

Quando olhamos o início das comunidades cristãs vemos que elas tinham esse caráter revolucionário. “*O movimento tinha um caráter religioso porque lhes anunciava Jesus Cristo e seu reino, mas, de fato, o modo*

34. COMBLIN, José. Para uma tipologia do catolicismo no Brasil. Em REB 28, 1968.

35. PANTOJA, Vanda e MAUÉS, Raimundo Heraldo. **O Círio de Nazaré na Constituição e Expressão de uma Identidade Regional Amazônica**. In *Espaço e Cultura*, nº 24. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. Pgs. 60-61 <http://www.nepec.com.br/pantoja_maués_esp_cult_24.pdf>. Acesso em fevereiro, 2009.

36. Idem.

37. Livro de Oração Comum, pg. 83.

38. PEREIRA, Sant’Ana. *Invenção de Onira*. São Paulo: LetraSelvagem, 2009. Pg.127.

era social e político. Paulo e sua equipe praticavam e ensinavam uma reviravolta dos valores éticos do Império: as pessoas cristãs pobres das comunidades que, no Império, não eram cidadãos e não tinham voz nem voto, agora reinarão com Cristo (Rm 5:17); julgarão os anjos (1 Co 6:3) e alcançarão o senhorio, isto é, participarão como nobres do reino de Deus (1 Co 4:8)''³⁹. Como nos primeiros tempos do cristianismo, nossa espiritualidade amazônica deve contemplar uma forma diferente de vida em comunidade. Torna-se urgente criarmos cada vez mais instâncias de participação e empoderamento de todas as pessoas que frequentam nossas paróquias, missões e pontos de evangelização, permitindo que a democracia e diversidade possa encontrar expressão no nosso meio. Devemos ser, então, pequenas “células cabanas”, conspirando contra o Império capitalista moderno e implantando os valores do reino. Sem esse projeto seremos mais uma Igreja entre outras, mas as palavras de Jesus é que devemos ser diferentes: “Pois eu vos digo que, se a vossa justiça não exceder a dos escribas e fariseus, de modo nenhum entrareis no reino dos céus” (Mateus 5:20).

O segundo aspecto dessa espiritualidade está relacionado com o impressionante imaginário da Amazônia. Embora, Eduardo Honaert tenha nos alertado para fato de que nossas lendas estão contaminadas pela visão Ocidental, padecendo de uma crônica doença chamada “ocidentose”, elas ainda são um referencial para compreendermos o homem amazônico com seus valores distintos. E nesse universo as águas ocupam um lugar especial, nelas habitam os encantados, a cobra grande, boiuna, que vira as montarias (canoas) e leva os naufragos para o fundo dos rios, os caruanas, energias das regiões profundas, que com a invocação de um pajé realizam o bem e curam os enfermos.

Nossa mentalidade acostumada a ciência tem muita dificuldade para aceitar essa visão mitológica, porém ela faz parte da vida do povo e determinam a relação com o religioso e com a natureza. É isso que precisamos entender muito bem. Por exemplo, observei deste minha chegada que aqui as pessoas de nossas comunidades participam com muito entusiasmo da bênção da saúde, talvez para algumas ela seja mais importante que a Eucaristia. Por que isso? Creio que para afirmar com segurança teria que realizar uma extensa pesquisa, mas minha investigação caminharia no sentido de encontrar uma conexão da bênção da saúde com as práticas da pajelança cabocla no interior do nosso estado.

Isso pressupõe de imediato uma abordagem mais mística e menos racional. Hoje conseguimos enxergar que o conhecimento possui muitas formas de manifestação, não apenas a mentalidade ocidental cartesiana. A música, a dança, a poesia, as orações, as festas, são elementos que expressam a fé de nosso povo. Precisamos considerar com mais seriedade essas manifestações, deixando que substituam nossa visão racionalista.

Finalmente, Pantoja e Maués nos apresentam como terceiro elemento a festa dos santos e santas. Uma rápida andança em Belém do Pará durante o Círio de Nazaré ou em Gurupá durante a festa de São Benedito torna essa afirmação inegável. A tradição anglicana sempre preservou com muito carinho o papel dos santos e santas na sua identidade. A reforma produziu um grande expurgo, onde toda uma série de credices medievais foram afastadas da liturgia da Igreja. Porém, as festas dos santos bíblicos foram preservadas. Posteriormente abriu-se espaço para homens e mulheres que caminharam com Deus, mas não viveram nos tempos de redação dos textos canônicos. Não estou advogando aqui que agora eles e elas passem a exercer a função de mediadores e mediadoras entre nós mortais e a divindade, pelo menos não no sentido restrito desse termo. Ora, a palavra “santo” significa “separado”. É uma expressão usada nos textos cristãos neotestamentários para se referir a todos os cristãos, pois se tornaram “separados” para Deus. Penso que não necessito aqui apresentar uma interminável lista de referências bíblicas, qualquer um que estiver interessando pode posteriormente utilizar um dicionário bíblico ou os recursos da internet.

Os santos e santas possuem um papel fundamental por serem os exemplos mais palpáveis, mais “corporais”, que temos de proximidade com o divino. Por isso, o apóstolo Paulo podia dizer: “sede meus imitadores, como também sou de Cristo” (1 Coríntios 11:1). O “martírio”, palavra que originalmente significava “testemunho”, dessas pessoas deve ser um sacramento que nos leva a consciência da ação divina, abrir os nossos olhos para que possamos enxergar a mão de Deus agindo no mundo que nos cerca⁴⁰. É nessa perspectiva que creio ser necessário resgatar essa característica anglicana nas nossas comunidades. No passado fizemos um trabalho em uma de nossas comunidades na tentativa de resgatar o calendário hagiológico. Tenho certeza que esse é outro aspecto que encontraria profunda acolhida em nosso povo. Talvez possamos começar dando ênfase as festas dos padroeiros das nossas comunidades.

Conclusão...

Não estaria na hora de concretizarmos o desejo de Karl Barth? Não estaria na hora de passarmos pelo nosso Concílio Vaticano II? Fazermos uma adaptação da nossa tradição para nossa diversidade Amazônica? Sei

39. BARROS, Marcelo. Para onde vai nuestra América: espiritualidade socialista para o século XXI. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2011. Pg. 148.

40. Livro de Oração Comum, pg. 83.

que neste longo texto não apresentei nenhuma novidade, a própria relação de autores citados denuncia isso. Todavia, parece que apesar de tudo não foi possível realizar essa nova reforma. Somos privilegiados porque como diocese missionária ainda em processo de formação temos a oportunidade aqui na região de levar adiante as mudanças sonhadas por tanta gente, por tão grande nuvens de testemunhas (Hebreus 12:1). Mas, tudo depende de nós, como dizia Dom Hélder Câmara: *“sonho que se sonha só é só um sonho, sonho que se sonha junto torna-se realidade”*.

Esse texto tem um caráter provisório, foi escrito para ser discutido, debatido e utilizado para construção do nosso consenso de fé. Porém, espero com ele contribuir para que possamos ser fiéis a Jesus Cristo e ao reino de Deus na Amazônia. Que possa contribuir para que vivamos a experiência do evangelho: *“Pois onde se acham dois ou três reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles”* (Mateus 18:20). Encerro com um texto belíssimo de Rubem Alves sobre o Protestantismo e mudanças:

“Por séculos o ideal da Igreja foi de construir jardins geométricos, monocultura em que tudo permanecesse sob o estrito controle do jardineiro. Agora os protestantes dizem que o Espírito é um semeador sem muito gosto pelos traçados geométricos, que mistura tudo quanto é tipo de semente e as espalha ao vento... E elas brotam na mais fantástica explosão de cores, na desordem maravilhosamente bela que surge da vida... E surge então o mandamento para a pluralidade e a diferença”⁴¹.

41. RUBEM, Alves. Dogmatismo e tolerância. São Paulo: Paulinas, 1982. Pg. 16.